



**IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
V SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
IV CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Política Social, Seguridade Social e Proteção Social.

Os indicadores sociais e seu papel na formulação das políticas públicas

Angela Cristina Lopes¹
Ana Patrícia Pires Nalesso²
Gabriella Mariano Munhoz Zeneratti³
Tainara Marina da Silva Borges⁴

Resumo: A quantificação dos fenômenos sociais é um processo novo na história e extremamente importante para subsidiar o planejamento público. Visando compreender a complexidade que permeia esse instrumento operativo estabeleceu-se como objetivo realizar uma aproximação ao espaço dos indicadores sociais na política social para tanto realizou-se uma pesquisa qualitativa, com base na revisão bibliográfica sobre o tema destacando o percurso histórico dos indicadores sociais e sua utilização hoje nas políticas. No decorrer do estudo fica claro que os indicadores sociais não possuem uma dimensão de neutralidade, sendo determinados pela correlação de forças presente na sociedade.

Palavras-chave: Capitalismo; Políticas Públicas; Indicadores Sociais

Abstract: The quantification of social phenomena is a new process in history and extremely important to support public planning. In order to understand the complexity that permeates this operative instrument and it was established as an objective to carry out an approach to the space of social indicators in social policy. its use today in policies. In the course of the study it becomes clear that social indicators do not have a dimension of neutrality, being determined by the correlation of forces present in society.

Keywords: Capitalism; Public Policy; Social Indicators

1 INTRODUÇÃO

A humanidade em todo planeta foi impactada pela pandemia da Covid-19. A importância da ciência foi reconhecida pela maioria das pessoas, a quantificação das vítimas da Covid-19, e posteriormente do número de vacinados ganhou o interesse de todos. De forma muito triste, em meio a dor e o desejo da superação se generalizou o

¹ Assistente Social, Mestranda em Serviço Social e Políticas Públicas, angela.cristina@uel.br

² Assistente Social, Docente em Serviço Social, apatriciapn@gmail.com

³ Assistente Social no Ministério Público, gabriellazeneratti@gmail.com

⁴ Assistente Social no Hospital Universitário de Londrina, taynahra.borges@hotmail.com



entendimeto que a quantificação revelam como os fenômenos se comportam, no caso da pandemia os números passaram a ser importantes para entender o caminho da doença e para pautar ações dos governos para minimizar os efeitos devastadores na população.

E, nesse contexto ganharam destaque também os indicadores sociais que foram revelando como a vida está sendo impactada: indicadores de evasão escolar, de violência doméstica de trabalho e renda, foram e são intesamente utilizados e publicizados revelando como a vida em sociedade vai se reestabelecendo “no e pós” pandemia.

O uso e indicadores sociais não é novidade de fato eles remontam da década de 1960, no entanto na contemporaneidade sua importância é reforçada, e seu uso no planejamento das ações do Estado e mesmo das instituições privadas e ONGs tornou-se quase uma obrigatoriedade para a implementação de ações de qualidade.

Podemos colocar que de um dos elementos que contribuem para a necessária utilização dos indicadores sociais é a existência da desigualdade social. É certo que, na sociedade capitalista a desigualdade é estruturante do modo de produção, pois, o sistema se sustenta na exploração da força de trabalho do proletariado. De um lado temos a massa trabalhadora explorada e do outro temos a burguesia que detém os meios de produção e compra a força de trabalho das pessoas.

O sistema de acumulação capitalista passa por diversas crises cíclicas desde sua gênese e, essas crises desaguam na destruição de alguns elementos dentro do sistema e na reconstrução de novas estratégias para fortalecer o sistema e manter a acumulação de capitais, mas conforme pautado por Meszáros, 2011, a partir de 1970 se efetiva uma crise estrutural, a qual contribui para aumentar a distância entre o mundo rico e o mundo pobre.

A valorização do mercado e a efetivação de um Estado máximo para o capital e mínimo para o trabalhador, efetivou o aumento da desproteção social e intensificou as expressões da questão social, (NETTO, J. P. 1947).

A sociedade toda é impactada e mesmo que de forma residual o Estado continua a fazer uso das políticas sociais e, para tanto mesmo que seja para escolher de forma “racional e econômica” em qual ponto vai direcionar sua ação ou, que seja realmente uma tomada decisão na direção da garantia de melhorias para a população o uso de indicadores sociais é indispensável.

Frente a isso o presente trabalho tem como objetivo realizar uma aproximação ao espaço dos indicadores sociais na política social, para tanto realizamos uma revisão de literatura sobre a temática na perspectiva de nos aprofundarmos nesse universo e compreender a complexidade que está envolto o tema.

Buscamos dar ênfase no percurso histórico, pois entendemos que o contexto trás elementos para compreendermos melhor como o uso dos indicadores sociais se metatorseou ao longo das décadas até os dias atuais.



Após a conclusão da pesquisa compreendemos que os indicadores sociais são de extrema importância para o embasamento do planejamento e desenvolvimento das ações do setor público.

2 DESENVOLVIMENTO

O sistema de produção capitalista nasce ao final do século XV na transição do feudalismo para o mercantilismo, baseando-se na propriedade privada e na concentração de bens. Este período inicial representou a fase em que foram se estruturando as bases para a produção e reprodução do sistema capitalista que perdura até os dias atuais.

A desigualdade entre as classes dentro do capitalismo está imbricada na forma como o trabalho e produção de mercadorias é realizada, para Marx, 2012 e p.188:

[...] O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como com uma potência natural [Naturmacht]. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. [...]

Para o autor a ação de modificar a natureza não é exclusividade dos seres humanos, todavia, o que nos difere dos animais é a objetivação de algo que foi idealizado antes. Os seres humanos, diferente dos animais, planejam a ação, a idealizam e depois executam objetivando determinado fim.

Marx e Engels (2005, p. 43) aponta que “[...] A burguesia não pode existir sem revolucionar incessantemente os instrumentos de produção, por conseguinte, as relações de produção e, com isso, todas as relações sociais.”.

A mudança no modo da produção e reprodução da força de trabalho trouxe consigo mudanças nas estruturas da sociedade, provocando uma nova forma de sociabilidade. Não há como pensar em relações sociais sem falar das relações de produção, pois ambas estão imbricadas no processo do desenvolvimento humano.

Com o desenvolvimento do capitalismo monopolista, na transição do século XIX para o século XX temos o aumento das funções do Estado e as políticas sociais passam a assumir importante papel na manutenção da força de trabalho (NETTO, J. P. 1947).

Essa articulação entre Estado, política social e manutenção da força e trabalho que se por um lado as condições do capitalismo se perpetuar dá também condições para o trabalhador continuar vivo, e acaba por vezes contribuindo para a o acesso a servivos que diminuem as desigualdes.



Nesse sentido as políticas sociais públicas constituem um papel importante dentro do sistema de produção capitalista monopolista. Ao longo da história as políticas sociais vão se efetivando ora de forma tímida e residual ora de forma mais intensa e eficaz.

Um momento em que assistimos a ampliação quantitativa e qualitativa das Políticas sociais foi durante o Estado de Bem Estar tem sua gênese em meados do século XX, de forma a mais efetiva no Reino Unido, enquanto uma tentativa de reordenar o “capitalismo” que vivenciava então os efeitos vorazes do crescimento industrial predatório e do liberalismo econômico. De acordo com Brendath e Gomes (2011, P. 94):

[...] A ampliação e expansão do estado capitalista dentro da nova ordem mundial no pós-guerra, como continuidade do seu processo civilizatório e modo de produção, trouxe a necessidade de modificações do sistema financeiro mundial com intuito de possibilitar a reconstrução da ordem econômica e social. [...]

Esse modelo de organização política foi implantado objetivando dar uma nova roupagem para o “velho” capitalismo. Ao contrário do momento anterior que predominava as ideias liberais que previa o Estado mínimo, esse modelo de organização política propõe maior atuação do Estado no atendimento das demandas da população.

Em tese o Estado de Bem Estar buscava o equilíbrio entre a criação de empregos e a própria produção dos produtos. Atuando como regulador da economia, investiam recursos nos setores que julgavam pertinentes visando manter a oferta de empregos necessária para aquecer o consumo interno.

Além disso, o *Welfare State* está intimamente ligado com as políticas sociais, pois Keynes seu idealizador tinha a compreensão de que fornecer políticas contínuas e sistematizadas seja na habitação, saúde, educação ou outros setores, resulta ao trabalhador melhores condições de vida o que contribui para o aumento da sua produtividade, satisfação e consumo.

Mas o que parecia ser uma era de pleno emprego, crescimento industrial acelerado, modernização das cidades e desenvolvimento das tecnologias, em meados de 1960 começou a se desmantelar. Uma crise fiscal estava prestes a tomar conta do cenário da economia norte americana, decorrente da dificuldade em equilibrar os investimentos do Estado com o crescimento da economia capitalista.

Esse cenário gera, portanto a necessidade do Estado em organizar sistemas de monitoramento das mudanças que estavam ocorrendo na sociedade, envolvendo não somente a esfera econômica, mas também a esfera social. Ademais, havia a necessidade de medir os impactos das políticas sociais implantadas nesse momento histórico.

A utilização do Indicador Social vem justamente ao encontro dessa necessidade do Estado. Embora, Jannuzzi (2012) aponta que nos anos 20 e 30 tivemos algumas contribuições para a elaboração conceitual dos indicadores, é em meados dos anos 60 na crise do Estado de Bem Estar, que esse instrumento operativo ganha corpo científico.



Durante a crise notou-se o descompasso entre o Produto Interno Bruto (PIB), medida para a soma de todos os bens e serviços finais produzidos por um país e, o aumento da desigualdade social. A riqueza produzida pelos países não estava contribuindo para a diminuição da pobreza da população.

Somente o PIB não era capaz de mensurar o desenvolvimento social, nesse sentido Jannuzzi (2012, p. 15) aponta que: “[...] O indicador PIB per capita, até então usado como proxy* de nível de desenvolvimento socioeconômico pelos países, mostrava-se cada vez menos apropriado como medida representativa do bem-estar social.”.

Assim, segundo Oliveira (2013, p. 6): “[...] Constatou-se, empiricamente, que o crescimento dos indicadores de produção e de consumo não estava sendo acompanhada por uma melhoria correspondente em outros indicadores que procuravam medir a “qualidade de vida.”.

Diante do quadro apresentado, houve a preocupação de estruturar instrumentos operacionais capazes de mensurar o bem estar da população e as mudanças sociais ocorridas, visto que, somente os indicadores econômicos não davam conta de apreender as necessidades tangentes ao campo do social.

Almejando a compreensão dos Indicadores Sociais e o seu papel atribuído, precisamos entender o seu conceito. Rodrigues (2010, p. 35): “[...] Os indicadores são formas de avaliar fenômenos dentro dos mais variados aspectos da sociedade, assim, revelam-se precipuamente como medidas e posteriormente como informações.”.

Ainda buscando o conceito de indicadores sociais, temos a definição de Jannuzzi (2012, P.15):

[...] Indicador Social é uma medida, em geral quantitativa, dotada de significado social substantivo, usado para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, de interesse teórico (para pesquisa acadêmica) ou programático (para formulação de políticas). [...]

Em outras palavras, o indicador social não é somente um dado ou um número abstrato, além do aspecto de “quantificar” a realidade social o indicador carrega consigo um conjunto de reflexões que permitem maior compreensão sobre o meio social. No âmbito acadêmico os indicadores atuam como evidências dos fenômenos materializados na realidade social e servem como subsídios para as teorias sociais.

Entretanto, destacamos principalmente o uso dos indicadores sociais dentro da dimensão de interesse público. No âmbito da esfera pública, os indicadores são classificados como instrumentos operativos com a utilidade de medir e acompanhar as transformações sociais. Os indicadores fornecem subsídios para o planejamento público, visando o desenvolvimento de ações assertivas.

Todavia, de acordo com Milléo, 2015, P:



[...] Tomar os indicadores sociais como estatísticas que se referem a um modelo, ou como a definição operacional de um conceito é perfeitamente correto, mas expõe apenas uma parte do que realmente são os indicadores, já que se omite o fato de que não se formulam modelos de sistemas sociais que não sejam funcionais aos objetivos de quem os formula. [...]

O autor nos chama a atenção para o fato de que os indicadores sociais são mais do que apenas a tradução quantificada da realidade social, ele expõe de forma clara que os indicadores são produzidos para atender a necessidade de quem está à frente das ações.

Isso implica que, nem todas as políticas sociais mesmo que planejadas e embasadas em indicadores sociais consistentes serão de fato para atender os interesses da população, por vezes, elas serão utilizadas para manobras políticas e outros objetivos que envolvam os interesses de determinadas camadas da sociedade.

Os indicadores sociais são constituídos por duas dimensões: a valorativa e a normatiza, isto é, o conjunto de valores considerados importantes dentro de determinada sociedade ou em frações dela, influenciam na criação e no direcionamento dos indicadores sociais.

O que em primeiro momento representa apenas um conjunto de valores e interesses, são sistematizados e materializados na forma dos indicadores sociais, estes usados e aplicados no planejamento público, tomando forma a sua dimensão normativa, ou seja, são regulamentados e indicam uma direção ser seguida.

Nessa direção, Jannuzzi (2012, p. 21) postula que:

[...] Todo o indicador social ou até mesmo toda a estatística pública tem uma natureza normativa, já que derivam de processos interpretativos da realidade que não tem nada de neutro ou estritamente objetivo em sua formulação. As cifras assumidas pelos indicadores sinalizam situações sociais distintas, dependendo do observador, das normas vigentes ou dos valores implícitos do que é realmente bom. [...]

Ou seja, o processo de estruturação de um indicador social condensa aspirações que traduzem formas de interpretação da realidade social, segundo a perspectiva de quem está conduzindo o processo.

Para, além disso, os indicadores além de refletir aspectos da conjuntura social, eles colocam em foco situações que o poder público e a sociedade civil querem dar visibilidade: “[...] Os indicadores sociais não nos contam apenas sobre como a sociedade está, mas também apontam para o que ela quer prestar atenção e, principalmente, revelam de que modo a sociedade quer construir seu próprio retrato.”(MILLÉO, 2005,P. 10).

Analisando historicamente, percebemos que a utilização dos indicadores sociais se modificou, Santagada (2007), aponta a década de 60, como a etapa fundadora dos indicadores sociais e, além disso, destaca que pela primeira vez a qualidade de vida das pessoas seria “quantificada”:



[...] No Governo Nixon, em julho de 1969, foi criado o Serviço Nacional de Metas e Pesquisa, com o propósito de elaborar, a cada ano, um relatório sobre o estado social da nação. A partir de dados estatísticos, haveria uma quantificação dos indicadores sociais e essas informações espelhariam a “qualidade de vida” norte-americana. Pela primeira vez aparece a vinculação da qualidade de vida com indicadores sociais.[...] SANTAGADA, 2007, P.119 APUD (ALTMANN, 1981; INDICADORES SOCIAIS/RS, 1975).

Em meados de 1960, o governo norte-americano solicitou estudos sobre a temática que envolve o universo dos indicadores sociais e dois importantes livros foram publicados: *Social Indicators e Toward a Social Report*, isso representou um marco na história, dando início ao chamado “Movimento dos Indicadores Sociais”.

O Movimento dos Indicadores Sociais atingiu não somente os EUA, mas demais países do mundo, que observaram a importância desse instrumento no planejamento público, Rodrigues (2010, p. 54) reforça essa ideia, afirmando que o uso dos indicadores sociais: “[...] Teve início na década de 60 nos Estados Unidos e difundiu-se na década de 70, para além das fronteiras norte-americanas.”.

Em consonância, Santagada (2007, p. 248) também defende essa ideia expondo que “[...] A ligação existente entre a esfera do planejamento governamental e a construção dos indicadores sociais acarretou uma demanda crescente destes, fato que ultrapassou as fronteiras norte-americanas”.

Os indicadores sociais foram então apropriados pelo setor público para subsidiarem os planejamentos das ações públicas, uma vez que, ao buscarem estudar e desenvolver o conceito dos indicadores sociais e suas formas de utilização dentro da esfera do planejamento público acreditavam que eles poderiam representar a solução dos problemas sociais.

A utilização dos indicadores sociais vai então paulatinamente se generalizando na esfera pública, mas isso não significou de fato que as ações dos governos assumissem a pauta das necessidades da população.

Na verdade é difícil mensurar a medida em que os indicadores sociais foram e são utilizados para dar sustentação a ações públicas que realmente atendam as necessidades da população, uma vez que, a utilização desse instrumento é sempre atrelada às aspirações e convicções de um determinado grupo ou da gestão que está desenvolvendo o planejamento. Jannuzzi (2012, P.14), expõe que:

[...] Depositavam-se grandes esperanças de que, com a organização de sistemas abrangentes de Indicadores Sociais os governos nacionais pudessem orientar melhor suas ações, proporcionando níveis crescentes de bem estar social, redistribuindo melhor as riquezas geradas e superando as iniquidades do desenvolvimento econômico gerado. [...]

Santagada, 2007, afirma que, na década de 1970, houve um boom de esforços de vários organismos regionais e mundiais para estudar e desenvolver os indicadores sociais.



Ela cita, a Organização das Nações Unidas (ONU), a Comunidade Econômica Europeia (CEE) e a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) como participantes e colaboradores desse processo.

Em um complexo movimento as desigualdades sociais entre países e mesmo dentro das diferentes regiões das nacionais passam a ser quantificadas pela aplicação de indicadores sociais, e se torna possível publicizar de forma clara os descompassos entre a qualidade de vida dos diferentes grupos populacionais. No entanto esse processo não garantiu a tomada de decisões efetivas na direção da superação das questões identificadas.

De fato a existência de um sistema de indicadores sociais por si só não é capaz de impedir o mau uso da máquina pública, e no cotidiano da gestão, as ações de planejamento embora utilizem desse instrumento a materialidade das ações propostas nem sempre se efetivam.

Nesse contexto, segundo Jannuzzi (2012) as expectativas depositadas no sistema de indicadores sociais não foram atingidas totalmente e isso trouxe consigo um ceticismo em relação à efetividade do planejamento público, enfraquecendo a confiança no sistema de indicadores sociais.

Vale ressaltar que esse processo de desacreditação do planejamento público se encontra no bojo do processo que na década de 1980 culminaria com o que Bóron (1995) identificou como satanização do Estado, todas as ações e intesões publicas passaram a ser consideradas inaptas e perniciosas.

É certo que somente os sistemas de indicadores sociais não são capazes de modificar as estruturas sociais. A direção do uso dos indicadores está intrinsecamente ligada a opção política que impctas as políticas sociais e não ao caráter público do Estado.

Mesmo com as críticas os estudos e o uso dos indicadores sociais se tornaram cada vez frequente Jannuzzi (2012), aponta que em meados da década de 80 com o aprimoramento das novas experiências de formulação e execução de políticas públicas, a significância instrumental dos indicadores sociais foi reestabelecida.

As instituições que tinham interesses e ligações com o planejamento público se empenharam em aprimorar os indicadores sociais. Apostaram no desenvolvimento do conceito e da metodologia desse instrumento operativo, e esse fato, culminou na criação de um leque diversificado de indicadores sociais.

E, desde então os estudos acerca da temática continuam. Os indicadores hoje são divididos em diversas categorias, podendo ser utilizados sozinhos ou combinados com outros indicadores sociais em estudos.

Mas não podemos perder de vista que, o campo do planejamento público condensa a disputa de diversas narrativas que representam interesses distintos da sociedade e do Poder Público. Portanto, precisamos compreender que o uso dos indicadores sociais é um



ato político carregado de valores segundo os anseios de quem os produzem sua operacionalização é marcada por interesses desde sua construção até a análise dos resultados e empregabilidade.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nossa trajetória até aqui identificou que o uso dos indicadores sociais foi primeiramente motivado pelo desencontro entre o crescimento econômico e a qualidade de vida da maioria da população.

Entendemos que de fato na sociedade capitalista a forma como se efetiva a relação produção x apropriação das mercadorias jamais permitirá que desenvolvimento econômico e desenvolvimento social aconteçam na mesma medida. No entanto esse entendimento não nos impede de acreditar na relevância dos indicadores sociais para apreender a desigualdade social e na qualificação do planejamento em política social.

A contemporaneidade traz inúmeras questões que intensificam as diferenças sociais, a precarização das relações de trabalho, o acesso a bens e serviços com destaque para as tecnologias vão ganhando materialidade de forma mais prevalente em diferentes populações que se encontra em espaços distintos.

Certamente o uso dos indicadores ao considerar, não só a ocorrência em si mas, o espaço e tempo onde está situado bem como as variantes a ele conectadas oferecem uma quantificação que permite a análise consistente dos fenômenos que podem orientar o planejamento das políticas sociais.

Nenhuma quantificação é neutra, a escolha do recorte a quantificar, já é uma decisão política que não se esgota no processo de coleta de dados. A construção de indicador social requer conhecimento e posicionamento frente ao movimento do real, o produto da quantificação aponta para a manifestação de um fenômeno que deverá ser analisado considerando a totalidade onde se insere.

Mesmo tomado de tamanha complexidade ele de fato só ganha efetividade se for utilizado no emprego de ações na direção da garantia da qualidade de vida da população.

A direção que a apropriação dos indicadores sociais ganha no bojo das prioridades, planejamento e ações da política social é formatada a partir das decisões políticas dos governos.

A publicização dos indicadores sociais e a apropriação de sua significância para a população e suas lideranças ganha relevância, a medida em que além de significar conhecimento sobre as condições de vida pode instrumentalizar a ação na busca por melhores condições de vida.



Nesse sentido entendemos que a produção e utilização dos indicadores na direção da conquista de políticas sociais que representem melhoria da qualidade de vida da população passam pela correlação de forças das classes sociais, onde em uma sociedade democrática, processos eleitorais e a ação dos movimentos sociais se tornam decisivos.



REFERÊNCIAS

BORÓN, A. A trama do neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILE, P. (Org.). Pós neoliberalismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BRENDATH, Eduard Angelo; GOMES, Alberto Albuquerque. EDUCAÇÃO E ECONOMIA: A (RE) CONSTRUÇÃO HISTÓRICA A PARTIR DO PÓS-GUERRA. **HISTEDBR On-line**, Campinas, v. 11, n.44, p. 92 – 106, dez. 2011. Disponível em: < <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639980/7540>>. Acesso em: 25/03/2022.

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores Sociais no Brasil: Conceitos, Fontes de Dados e Aplicação**. 3. ed. Campinas: Alínea, 2012.

MARX, Karl. O processo de trabalho e o processo de valorização. In: MARX, Karl. **CAPITAL**. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2012. p. 188 – 201. Disponível em: < https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2547757/mod_resource/content/1/MARX%2C%20Karl.%20O%20Capital.%20vol%20I.%20Boitempo..pdf>. Acesso em: 01/04/2022.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2005. Disponível em: < https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2545967/mod_resource/content/1/MARX%3B%20ENGELS.%20Manifesto%20Comunista.pdf>. Acesso em: 01/04/2022.

MÉSZAROS, István. **Para Além Do Capital: Rumo a uma teoria da transição**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2011. Disponível em: < <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/208/o/para-alem-do-capital.pdf>>. Acesso em: 25/03/2022.

MILLÉO, José Carlos. **A UTILIZAÇÃO DOS INDICADORES SOCIAIS PELA GEOGRAFIA: Uma análise crítica**. 2005. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/setembro2011/geografia_artigos/6tese_indicadores.pdf>. Acesso em: 22/03/2022.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 1947. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

OLIVEIRA, Lívio Luiz Soares. **Idese e Indicadores Sociais: Origens e Evolução**. 2013. Disponível em: < <http://cdn.fee.tche.br/tds/116.pdf>>. Acesso em: 27/03/2022.

RODRIGUES, Zulimar Márita Ribeiro. **SISTEMA DE INDICADORES E DESIGUALDADE SOCIOAMBIENTAL INTRAURBANA DE SÃO LUÍS-MA**. 2010. Tese (Doutorado em



Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo,2010. Disponível em: <
https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-14102010-093052/publico/2010_ZulimarMaritaRibeiroRodrigues.pdf>. Acesso em: 01/04/2022.

SANTAGADA, Salvatore. INDICADORES SOCIAIS: uma primeira abordagem social e histórica. **Pensamento Plural**. Pelotas, v.1, n. 1, p. 113 – 142. Jun – Dez. 2007. Disponível em: < <http://pensamentoplural.ufpel.edu.br/edicoes/01/06.pdf>>. Acesso em: 22/03/2022.